

Estruturas Fundiárias e Agrárias em Ponte Nova: 1855-1888.

CAMILA PELINSARI SILVA*

Introdução

Este trabalho teve por objeto as estruturas fundiárias e agrárias de uma área da Capitania, depois Província de Minas Gerais, ou seja, o município de Ponte Nova, na porção norte da zona da Mata.

O objetivo geral foi o estudo do uso e ocupação do solo em Ponte Nova nos anos de 1855 a 1888. Para isso, houve um levantamento das diversas localidades e a enumeração das propriedades presentes em cada uma. A intenção, dessa forma, foi uma análise da constituição das estruturas fundiárias e agrárias da região, por meio de uma prospecção feita no Registro de Terras Públicas (RPT) e Escrituras de compra e venda de imóveis. Por estruturas fundiárias entende-se o levantamento das propriedades rurais e a análise de sua distribuição, o que caracteriza o estilo de ocupação da terra. Por estruturas agrárias, a forma de exploração do solo, o que revela, para além da ocupação, o uso da terra.

Além da enumeração e descrição das localidades e propriedades, também faz parte dos objetivos o levantamento das características produtivas de cada localidade quando a fonte assim permitiu. Fizeram parte dessas características as plantações, bens móveis e imóveis e criação de animais. A data-limite deste trabalho justifica-se dentro de duas perspectivas: a primeira refere-se à data de criação daquela que se firmou como a principal fonte na orientação deste trabalho: o Registro Paroquial de Terras. Fruto da Lei de Terras de 1850, o RPT foi efetivamente realizado em Ponte Nova em 1855. Com relação à data limite final, optamos pela extinção da escravidão.

Neste momento, o foco desta análise será o trabalho com as duas principais fontes utilizadas na pesquisa: o RPT da Vila de São Sebastião de Ponte Nova (1855/1856) e os livros das Escrituras de Compra e Venda da mesma cidade (1863/1888), além da metodologia que orientou o cruzamento de suas informações relativas às características das estruturas fundiárias e o que os dados revelaram em termos do estilo majoritário de ocupação e uso do solo para esta região no recorte temporal estabelecido.

* Doutoranda do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto. Este trabalho deriva-se de proposições defendidas em minha dissertação de mestrado *Estruturas Agrárias e Fundiárias em Áreas de Fronteira: Ponte Nova, 1855-1888*, disponível online em <http://www.ufjf.br/ppghistoria/files/2013/03/disserta%C3%A7%C3%A3o-Camila-Pelinsari.pdf> e concluída em 2013 pela Universidade Federal de Juiz de Fora, com orientação do Prof. Dr. Angelo Alves Carrara e, em uma parcela do curso, Bolsa Mestrado CAPES.

Registro Paroquial de Terras (RPT)

O RPT se firmou como a principal fonte deste trabalho. Através dele foi levantada a maiorias das localidades e suas respectivas propriedades pertencentes à Ponte Nova em 1855/1856.

O RPT foi o resultado de indicações presentes na Lei de Terras de 1850, regulamentada pelo Decreto 1318 de 30 de janeiro de 1854. A Lei dissertou a respeito da criação da Repartição Especial de Terras Públicas, que deveria se encarregar de medir e descrever as terras públicas e possuídas. Para tanto, a responsabilidade de responder a essas propostas ficou a cargo do Vigário de cada Paróquia, que deveria reunir as informações coletadas nos chamados Registros Paroquiais de Terras. O RPT da Vila de São Sebastião da Ponte Nova está sob a guarda do Arquivo Público Mineiro, assim como os de outras regiões de Minas Gerais. O RPT referente às terras de São Sebastião da Ponte Nova está catalogado sob a forma de Códice, de número 168.

A historiografia apontou as limitações dos RPT principalmente no que se refere à imprecisão de informações. Maria Yedda Linhares e Francisco Teixeira da Silva (LINHARES & SILVA, 1980) são alguns desses autores que apontavam problemas no RPT. Porém, para os mesmo autores, o RPT seria válido no estudo das relações jurídicas da terra e no processo de apropriação do solo.

José Murilo de Carvalho destacou o “veto dos barões” como um motivo determinante no fracasso da Lei em sua tentativa de regulamentar a estrutura fundiária (CARVALHO, 1988). Roberto Smith também salientou o fracasso do RPT nessa regulamentação (SMITH, 1980). Porém, Márcia Motta aponta outra perspectiva de entendimento do RPT. Para além de aceitar o fracasso deste documento, a autora propõe a compreensão do mesmo como um reflexo do momento histórico em que está inserido. Assim:

“Se ele não era capaz de reorganizar a estrutura fundiária nem de discriminar as terras públicas da privadas em todo território nacional, em alguns momentos ele serviu como instrumento de poder na decisão acerca do domínio sobre as terras em cada localidade.”(MOTTA, 1996: 215).

E mais:

“Os Registros Paroquiais não são um retrato da estrutura fundiária de cada região, nem tão pouco seus dados são meros reflexos de uma realidade estática. É preciso,

portanto, considerá-los no contexto de sua produção, como resultado de um processo bastante complexo(...)"(MOTTA, 1996: 216).

Rafael Laguardia e Angelo Carrara, no artigo “Distribuição Espacial das Propriedades Rurais a partir dos Registros Paroquiais de Terras: A paróquia de Santo Antonio do Paraibuna (Juiz de Fora, MG), 1856” (CARRARA & LAGUARDIA, 2012) também enfatizam a impossibilidade de se estabelecer uma uniformidade entre todos os RPT nacionais. Assim como Marcelo Godoy e Pedro Loureiro (GODOY & LOUREIRO, 2006), os autores destacam a importância deste documento para análise da estrutura fundiária num momento em que quase não existem registros jurídicos de propriedades.

É a partir dessa compreensão dos RPT que orientamos o tratamento dessa fonte em nossa pesquisa. Para além de considerarmos os problemas da fonte como obstáculos à compreensão das estruturas agrárias, acreditamos que esta documentação reflete as características das condições históricas dessa localidade. Também em congruência com os autores, destacamos aqui a carência de trabalhos na área, que permitiriam uma perspectiva comparada tanto de uso da fonte quanto do próprio estudo das estruturas agrárias. O RPT de Ponte Nova tem sua importância ainda mais acentuada quando consideramos que praticamente inexistem inventários para propriedades da região. Este trabalho orienta-se assim mais como uma sugestão de metodologia para o uso desta fonte nesta região do que uma palavra final sobre o tema estudado.

O RPT em Ponte Nova ficou a cargo do então Vigário José Miguel Martins Chaves. A data do termo de Abertura do Códice é 01 de junho de 1854, porém o primeiro registro recolhido pelo Vigário data do dia 26 de maio de 1855. O último registro é do dia 22 de abril de 1856.

Todo registro se inicia com o nome do proprietário. Logo após, aparecem informações pertinentes ao local, o nome da propriedade (quando houve), o tamanho da propriedade e em alguns casos a forma como aquela propriedade se tornou patrimônio da pessoa (herança, compra, etc.).

Além dessas informações, o RPT conta também com as divisas observadas na propriedade. Neste campo ocorre uma possibilidade de descrição mais “livre” por parte do proprietário, que por algumas vezes se limita a informar alguns nomes com os quais faz vizinhança. Porém, também não foram raros os casos de especificação relativamente elaborada. Em alguns registros também se observa a identificação da terra como antiga parte de uma Sesmaria.

Finalmente, o registro termina com a data da coleta, o nome do proprietário e a assinatura do Vigário. Cada registro ocupa em média uma folha, mas há casos de registros com duas páginas ou mais.

As informações coletadas no banco de dados foram divididas nas seguintes colunas: Número de registro (no documento original) / Imagem (no arquivo PDF) / Folha (no documento original) / Data / Nome do Proprietário / Nome da Propriedade / Tamanho em alqueires / Divisas / Localidade.

O RPT da Vila de São Sebastião da Ponte Nova apresentou um bom nível de organização na ordem dos elementos, o que muito facilitou a coleta de informações. Raras foram as ocasiões em que se observou falta de elementos importantes na caracterização das estruturas agrárias. Foi um alto número de registros e com uma boa carga de características, sendo que todas as características pertinentes à estrutura da propriedade foram recolhidas.

A seguir, um exemplo de transcrição de um RPT:

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO
REGISTRO ESPECIAL DE TERRAS PÚBLICAS DA VILA DE SÃO
SEBASTIÃO DE PONTE NOVA
IMAGEM 01 (Microfilme)
REGISTRO Nº 01
“Lucas José da Silva Tinoco possui na freguesia de Ponte Nova, onde é morador, a fazenda denominada Boa Vista, compreendendo duzentos alqueires de terras de cultura, pouco mais ou menos, parte das quais obteve por herança do seu pai José Antonio da Silva Tinoco e dona Valéria Maria de Jesus e parte por compra feita a seus irmãos, sobrinhos e outros. Divide pela parte do poente com terras do tenente Manuel José Martins da Silva e mais filhos do mesmo tenente Martins. Para o nascente com terras do excelentíssimo Barão do Pontal, Maria Benedita e Maria José e para o norte com terras de Luís Pinheiro, Antônio Gonçalves Duarte e Venâncio José Antonio. Ponte Nova, vinte e dois de maio de mil oitocentos e cinquenta e cinco. Lucas José da Silva Tinoco. Apresentado aos vinte e dois de maio de mil oitocentos e cinquenta e cinco, que será registrado.”

Como já foi dito, os elementos retirados da fonte foram passados para o banco de dados sistematizado no Excel. Para poupar espaço, reproduziremos aqui o título da célula e em seguida a informação correspondente:

REGISTRO 01
IMAGEM 00 (DVD)
FOLHA 01 a 01 verso
ANO 1855
MÊS 5
DIA 22
NOME Lucas José da Silva Tinoco
PROPRIEDADE Fazenda Boa Vista
QUANTIDADE 200

MEDIDA Alqueires de terras de cultura

DIVISAS Divide pela parte da frente com terras do Tenente Manoel José Martins da Silva e de Doutor Francisco Ferreira Martins da Silva e mais filhos do mesmo Tenente Martins. Para o [nascente] com terras do Excelentíssimo Barão do Pontal, Maria Benedita e Maria José e para o norte com terras de Luis Pinheiro, Antonio Gonçalves Duarte e Venâncio José Antonio.

LOCALIDADE Fazenda Boa Vista

Escrituras de Compra e Venda de Imóveis

A coleção dos Livros de Escrituração do Arquivo Público Municipal de Ponte Nova está digitalizada e conta com 74 Livros. A data limite desta coleção é 1863 a 1944. Para atender a periodização proposta pela pesquisa, foram utilizados os primeiros 14 livros da coleção. A data limite dos livros que tiveram suas informações coletadas é 1863/1888.

Assim como no RPT, o programa escolhido para se trabalhar o Banco de dados foi o Microsoft Excel. Foram montadas colunas que se dividiram entre as informações mais pertinentes à pesquisa, sendo elas: Número (número da escritura na transcrição), CD, Livro, Imagem, Folha, Ano, Mês, Dia, Escritura (tipo de escritura: bens de raiz, venda de terras etc), Outorgante, Outorgado, Bem Transacionado, Divisas, Valor e Localização.

Metodologia

O último passo no trabalho das fontes consistiu num cruzamento das informações contidas no Registro Paroquial de Terras e nos Livros de Escrituração. Este cruzamento teve como base as localidades apuradas no RPT.

Usar o RPT como a fonte base encontra razão no fato de que, além dessa ser a fonte mais antiga, o RPT não dependeu de situação em que a propriedade sofresse algum tipo de transação comercial para ser catalogada. Os Livros de Escrituração tratam essencialmente de propriedades que foram vendidas, hipotecadas, doadas ou permutadas. Dessa forma, tomando as localidades do RPT como base, a organização das propriedades se tornou mais eficiente.

Não é exagero afirmar que o campo Localidade orienta esta pesquisa. Nesta etapa final do trabalho com as fontes, que se tratou de uma compilação das informações coletadas nas Escrituras de Compra e Venda e no RPT, as propriedades foram organizadas através das localidades identificadas no RPT. Por isso foi feito um criterioso e rigoroso trabalho de apuração dessas localidades, que incluiu um cuidadoso exame de cada um dos registros, já que muitas vezes os proprietários denominavam a localidade de seus sítios e fazendas de maneira distinta. O campo divisas foi crucial neste momento para comparação.

A fim de exemplificar no que consistiu este trabalho de triagem das localidades, citamos a região que denominamos na compilação como Flores. Esta região possui na compilação nove ocorrências, entre registros e escrituras. Porém os proprietários não forneceram sempre o mesmo nome para identificar a região na qual possuíam terras. Assim, apenas nesta região denominadas Flores, encontramos a Fazenda Vargem das Flores e as localidades de São Pedro das Flores e Bom Retiro das Flores.

Houve um cuidadoso estudo das divisas destas propriedades e se verificou que mesmo os que denominavam sua região de forma diferente tinham sim suas posses no mesmo local. Em alguns casos (neste, por exemplo), houve a oportunidade de se consultar antigos moradores da região que confirmaram tratar-se do mesmo local com denominações diferentes.

Apuradas as localidades, o procedimento foi ordená-las em ordem alfabética, e, por conseguinte reunir as diversas ocorrências, entre registros e escrituras, de propriedades pertinentes a elas. O trabalho foi feito através da confecção de fichas em que cada ocorrência era descrita.

No campo “Ocorrência”, foi especificada de qual documento aquela informação foi coletada (RPT ou escrituras), além do ano da mesma. Em seguida, montamos a ficha de acordo com informações já presentes nos bancos de dados tanto do RPT como das Escrituras: Proprietário, Tamanho em alqueires, Divisas. O campo “Informações Adicionais”, restrito às ocorrências provenientes de escrituras, foi preenchido com a descrição na íntegra do bem transacionado. Isso foi necessário porque as escrituras contam com informações que não dizem respeito apenas ao tamanho da propriedade, mas também relativas ao seu valor (alocado no campo Observações) e produção agrária. Por fim, o último item analisa o histórico da propriedade. Tal informação é referente ao modo como o proprietário conseguiu aquele bem: herança, compra, troca, doação entre outros.

O exemplo a seguir retrata uma ficha confeccionada através de um registro. Tal exemplo se refere a uma das localidades levantadas, chamada Boa Vista:

LOCALIDADE: BOA VISTA

01

Ocorrência: Registro 01 / 1855

Propriedade: Lucas José da Silva Tinoco

Tamanho: 200 alqueires de terras de cultura

Divisas: divide pela parte da frente com terras do Tenente Manoel José Martins da Silva e doutor Francisco Ferreira Martins da Silva e mais filhos do mesmo tenente Martins. Para o nascente com terras do Excelentíssimo Barão de Pontal, Maria Benedita e Maria José e para o norte com terras de Luis Pinheiro, Antônio Gonçalves Duarte e Venâncio José Antônio.

Histórico da propriedade: herança de seu pai José Antônio da Silva Tinoco.

O número 01, que aparece antes da ficha, se refere à ordem de aparecimento desta ocorrência no RPT. Outros registros apareceram. Para a localidade Boa Vista, foram encontrados seis registros.

Já o exemplo a seguir também é referente à localidade de Boa Vista, mas mostra uma ficha confeccionada a partir de uma propriedade levantada através das Escrituras de compra e venda. É preciso lembrar que neste momento do trabalho reunimos os levantamentos encontrados em ambas as fontes. Primeiro foram arrolados os registros e, em seguida, as escrituras encontradas para cada Localidade. O número 07 significa que esta foi a sétima ocorrência encontrada para esta Localidade e, neste caso, a primeira escritura.

07

Ocorrência: Escritura 141 / 1875

Proprietário: João Leandro Dias da Costa por compra a Dona Maria Madalena de Jesus

Tamanho: 07 alqueires de terras de cultura

Informações adicionais: sete alqueires de terras de cultura no lugar denominado Boa Vista, com partes na casa de vivenda, paiol e ceva de porcos e mais benfeitorias e trastes que existem no mesmo sítio pertencente a ela outorgante: a metade do moinho do Gularte e dois alqueires e meio de terras no Córrego das Galinhas, e um caixão grande que se acha no moinho.

Obs: valor 300.000

Histórico da Propriedade: não especificado.

Após intenso trabalho de cruzamento de dados que não seria possível especificar com detalhes neste curto espaço, foram levantadas 96 localidades na região de Ponte Nova, com 412 ocorrências, que aqui já podemos chamar de propriedades, entre registros e escrituras, espalhadas por elas.

É importante esclarecer que a seleção de ocorrências para o estudo da estrutura fundiária da região não foi algo dado de maneira clara na fonte. Houve uma seleção que definiu as ocorrências, entre escrituras e registros, que de fato continham informações que contribuiriam para este trabalho. Por exemplo, houve a exclusão de ocorrências sobre propriedades já anotadas sob outra forma: muitas vezes uma propriedade era transacionada mais de uma vez aparecendo assim em duas escrituras. Outras vezes, a propriedade está presente no RTP e também foi comercializada nas Escrituras. A falta desta atenção poderia ocasionar em anotações dobradas.

Análise de Dados

O objetivo nesse momento é mostrar como as ocorrências de propriedades em cada localidade ajudaram a tecer um panorama do estilo de ocupação do solo. Isso pode, num primeiro momento, parecer apenas um esforço de levantamento e contagem dos dados após leitura das fontes. Mas a fonte se mostra bem mais complexa e digna de atenção. Em primeiro lugar, só puderam ser aproveitadas, para a análise da estrutura fundiária, os registros e escrituras que detinham informações mais ou menos precisas sobre o tamanho. Felizmente houve um baixo índice de falta dessa informação, o que inutilizou poucas ocorrências.

Além disso, foi necessário extremo cuidado para que não se compilasse como propriedades diferentes propriedades que, na verdade, estavam sendo negociadas mais de uma vez. Esse problema se apresentou principalmente na leitura das escrituras. Algumas propriedades eram negociadas mais de uma vez, outras trocadas. Esse discernimento foi possível através da atenta leitura dos nomes envolvidos na negociação de cada propriedade, além do tamanho, limites e descrição das mesmas.

Após a confecção dos bancos de dados e finalmente o cruzamento das fontes, obtivemos um material riquíssimo. Houve a possibilidade de análise de vários aspectos relativos às estruturas agrárias e fundiárias da região no período estudado. Quando isolamos as informações relativas aos tamanhos das propriedades levantadas, chegamos a esta tabela:

Tabela 1 - Faixas de tamanhos 01

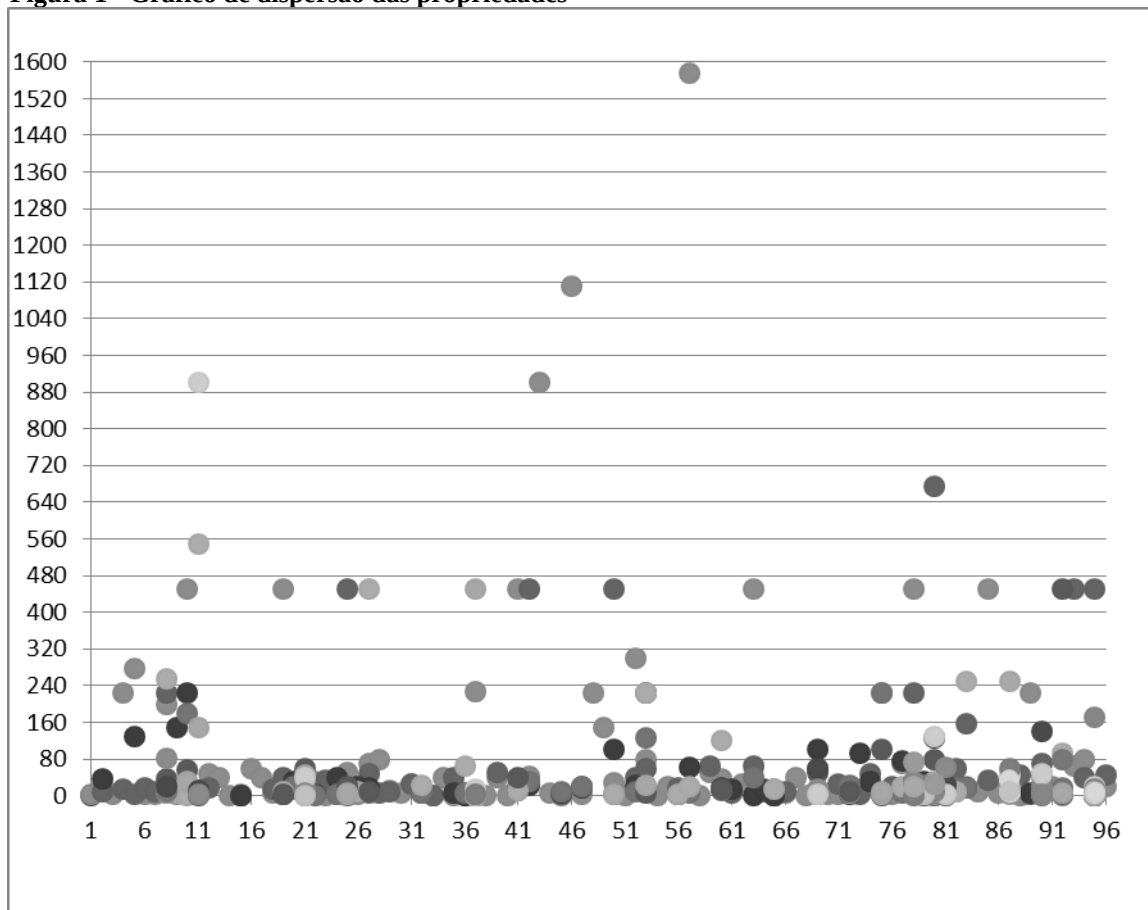
FAIXAS DE TAMANHOS	PROPRIEDADES	PERCENTAGEM
até 6,5 alqueires	140	33,33%
7 a 15,5 alqueires	86	20,47%
16 a 30 alqueires	67	15,95%
32 a 55 alqueires	39	9,28%
60 a 100 alqueires	30	7,14%
120 a 300 alqueires	30	7,14%
maior que 450 alqueires	20	4,76%

Já numa primeira observação, conseguimos perceber qual a faixa de tamanho de propriedades dominante na região. A maior parte das estruturas fundiárias compiladas (33,3%) possuía registros de tamanho que variavam até 6,5 alqueires. Estes pequenos proprietários de terras se distribuíam na grande maioria das 96 localidades levantadas no RPT e nas Escrituras.

Se juntarmos a isso a próxima categoria de tamanho, também pequena, que figura entre 7 até 15,5 alqueires, percebemos que quase 55% das propriedades declaradas eram realmente de pequeno porte. Mas é possível avançar nesta análise.

Perceberemos através de um gráfico a distribuição das propriedades em relação aos tamanhos. O gráfico a seguir representa as 412 propriedades alocadas em 96 localidades e arranjadas de acordo com seu tamanho. Assim: o eixo X representa as faixas de tamanho e o eixo Y a numeração de 1 a 96 que representa cada uma das 96 localidades. Neste gráfico, perceberemos que a maioria das propriedades se encontra concentrada numa faixa de tamanhos até 80 alqueires. Há outra faixa, que se encontra entre cerca de 90 e 300 alqueires e a faixa que corresponde às maiores propriedades, maiores que 450 alqueires:

Figura 1 - Gráfico de dispersão das propriedades



A tabela a seguir demonstra de forma mais clara o que gráfico de dispersão anterior já aponta como tendência:

Tabela 2 - Faixas de tamanhos 02

TAMANHO	NÚMERO DE PROPRIEDADES	PERCENTAGEM
PEQUENAS (até 80 alqueires)	357	86,66%
MÉDIAS (90 a 300 alqueires)	35	8,49%
GRANDES (maiores que 450 alqueires)	20	4,85%
TOTAL	412	100%

Isso nos deixa à vontade para afirmar que na segunda metade do século XIX, a região de Ponte Nova não se constituía por um panorama marcado por grandes propriedades de terras. Obviamente, elas existiam, como também pode ser observado na tabela. Porém, a característica de ocupação do solo fica demonstrada.

A maioria dessas propriedades era pequena. Mas a maioria das terras levantadas pertencia a elas?

Vamos adotar um procedimento parecido com o do item anterior: classificar essas propriedades por tamanho. Porém, se antes nosso foco era a quantidade de propriedades que cada conjunto de tamanhos possuía, agora nosso foco será a quantidade de terras que cada conjunto de tamanhos dominava.

Tabela 3 - Quantidade de terras em relação a tamanhos 01

FAIXAS DE TAMANHOS	NÚMERO DE PROPRIEDADES	PERCENTAGEM	ÁREA EM ALQUEIRES	PERCENTAGEM
até 6,5	140	33,33%	373	1,4%
7 a 15,5	86	20,4%	931,75	3,82%
16 a 30	67	15,9%	1.395,5	5,73%
32 a 55	39	9,3%	1.612,75	6,62%
60 a 100	30	7,1%	2.169	8,9%
120 a 300	30	7,1%	5.856,75	24,05%
maior que 450	20	4,7%	12.010	49,32%
TOTAL	412	100%	24.348,8	100%

A situação que estes dados expressam já é clara. Porém, não deixa de ser um exercício interessante juntar estes novos dados à plataforma de análise de tamanhos previamente

estabelecida. Na tabela a seguir, estes mesmos dados estarão reagrupados em relação à convenção de faixas de tamanhos:

Tabela 4 - Quantidade de terras em relação a tamanhos 02

FAIXAS DE TAMANHOS	NÚMERO DE PROPRIEDADES	PERCENTAGEM	ÁREA EM ALQUEIRES	PERCENTAGEM
Pequenas (até 80 alqueires)	357	86,65%	6013	24,65%
Médias (90 a 300 alqueires)	35	8,49%	6361,75	26,08%
Grandes (maiores que 450 alqueires)	20	4,85%	12010	49,25%
TOTAL	412	100%	24384,75	100%

Diante destes dados, é possível identificar uma situação de concentração de terras em Ponte Nova na segunda metade do século XIX. É perceptível, através das tabelas e gráfico, que nesta região de predomínio claro de propriedades pequenas há uma discrepância importante entre o número destas propriedades e a quantidade de alqueires ocupada por elas.

Outras considerações: possibilidades das fontes e estruturas agrárias

Tais considerações elencadas acima representam uma parcela das várias outras análises que se tornaram possíveis através das informações coletadas nas fontes e arranjadas nos bancos de dados. É preciso lembrar que as fontes utilizadas nos informam a respeito de outras características relacionadas às propriedades agrárias e que, através da metodologia anteriormente esclarecida, foi possível organizar estas informações.

Foi possível, por exemplo, perceber quais eram as principais formas de aquisição de terras. Após apurar as informações referentes a isso, notamos que a maioria dos indivíduos se tornou proprietários por compra (26,94%) ou por herança (25,72%). A fonte também permitiu o levantamento dos principais proprietários da região.

Mas uma parte importante deste estudo, tanto quanto a análise das estruturas fundiárias, já demonstrada, foi a análise das estruturas agrárias. Como dito anteriormente, por estruturas fundiárias entende-se o levantamento das propriedades rurais e a análise de sua

distribuição, o que caracteriza o estilo de ocupação da terra. Por estruturas agrárias, a forma de exploração do solo, o que revela, para além da ocupação, o uso da terra.

As informações pertinentes ao uso da terra não estavam presentes no RPT. Toda informação pertinente a este tema foi retirada das escrituras de compra e venda levantadas para a região. É preciso relatar também o número diminuto de propriedades que apresentaram dados satisfatórios em relação à sua produção agrária. Grande parte das escrituras levantadas teve que ser cortada de nossa análise neste momento. Algumas delas foram utilizadas no estudo da estrutura fundiária, pois havia a descrição da área, mas não apresentavam descrição de nenhuma benfeitoria, plantação e outros e por isso foram ignoradas neste tópico. Dessa forma, diante do quadro de escassez da fonte, houve a escolha de incluir neste tópico escrituras que não apresentavam propriedades encontradas em localidades levantadas pelo RPT. Este documento, o RPT, foi a espinha dorsal da análise nas estruturas fundiárias, mas, como já dito, não apresenta nenhuma informação concernente às características produtivas das propriedades. Estas novas ocorrências, por assim dizer, também são relativas ao município de Ponte Nova, ou seja, também pertencem à região estudada. Não apareceram na análise das estruturas fundiárias por uma escolha metodológica que elegeu as 412 propriedades entre as 96 localidades levantadas pelo RPT. Assim, houve a oportunidade de anexar ainda mais informações à região estudada, incluindo propriedades que ficaram de fora da investigação anterior por não contarem com informações relativas ao tamanho, mas que agora podem ser aproveitadas para o estudo das estruturas agrárias.

Este tipo de escolha metodológica foi, sem dúvida, um dos elementos sob investigação em minha dissertação. Por se tratar de uma forma relativamente nova de uso dessas duas fontes integradas, muitas escolhas foram feitas sob caráter experimental. As críticas e sugestões são ainda mais necessárias, além de novos trabalhos sobre o tema.

O tratamento dado à fonte foi sempre direcionado ao estudo das estruturas fundiárias e agrárias no município de Ponte Nova em fins do século XIX. É interessante notar, todavia, que as fontes permitem outros estudos diferentes. As escrituras podem ser referência para um trabalho orientado, por exemplo, ao estudo do mercado de terras ou até mesmo um histórico das propriedades. Tanto o RPT quanto as escrituras possuem uma profusão de nomes de proprietários que não foram aproveitados adequadamente por questões de limitação do tema. Certamente, um dos grandes objetivos no presente estudo é chamar a atenção para a riqueza das fontes utilizadas e do grande leque de possibilidades de análise.

Após a confecção de várias tabelas (que não seria possível relacionar neste espaço) que categorizavam benfeitorias, plantações e criação de animais pela classificação de tamanhos, foi possível chegar a algumas conclusões. Por serem maioria, as propriedades pequenas foram as que receberam maior carga de características. As benfeitorias que mais apareceram foram casa, moinho e paiol. Os engenhos de variados tipos também foram recorrentes, assim como os acessórios do mesmo. Os acessórios do engenho são pipas, fornos, caixões e outros pertences empregados no fabrico do açúcar e da rapadura. Também foram encontrados alambiques, o que demonstra uma produção importante de aguardente de cana. É possível que algumas dessas propriedades pequenas também tivessem participação com algum excedente no mercado semi regional de derivados do açúcar, apesar de as escrituras não darem conta da grandeza da produção.

13 propriedades pequenas foram transacionadas juntamente com escravos. Uma delas possuía 23 escravos. Ao todo, 85 escravos foram transacionados nestas 13 propriedades. É uma quantidade importante de mão de obra que provavelmente era empregada paralelamente ao trabalho familiar. Também é digna de atenção a produção de café em propriedades até 80 alqueires. Vinte e oito propriedades possuíam cafezais e em oito escrituras foi relacionado a quantidade de pés, que variavam de dois até vinte mil.

Em relação à criação de animais, a única benfeitoria relacionada é a ceva de porcos. Dezesesseis cevas ou chiqueiros apareceram nas escrituras de propriedades pequenas. Em nenhum dos casos foi especificada a quantidade de animais. Seis propriedades também apresentaram pastos, o que indica alguma criação de gado bovino, provavelmente. Porém, a quantidade de cevas de porcos indica uma tendência de criação de animais na região, que seria o gado suíno.

As propriedades médias, situadas entre 90 e 300 alqueires, apresentaram uma configuração de propriedades bastante parecida com as de tamanho pequeno. Casa, moinho e paiol também aparecem como as benfeitorias de maior frequência. Os engenhos, com seus acessórios, também ocupam uma parcela de benfeitorias importante, assim como os alambiques. É importante notar que não houve uma diferença importante entre as benfeitorias encontradas nas propriedades pequenas e nas médias. As características produtivas também são parecidas. A produção de açúcar e aguardente de cana continua aparecendo através da descrição dos engenhos. Café e cana também são as duas culturas mais citadas, com privilégio do café; e as cevas de porcos indicam uma mesma tendência na criação de animais.

Sem dúvida, a produção do açúcar e da aguardente de cana era corriqueira nessa parte da região norte da Zona da Mata nos fins do XIX. As plantações de café já ocupam, entretanto, uma parte importante da paisagem nas lavouras. Também se observam as culturas de subsistência e a existência de porções de terras em matas virgens. O esforço neste momento da pesquisa foi muito mais relacionado a aproveitar informações da fonte que podem despertar o interesse e a continuidade do estudo do que estabelecer a rigor uma estrutura agrária definitiva da região. É possível ter alguma ideia de que tipo de benfeitorias existia nessa região no período estudado. Para um estudo mais sistemático da estrutura agrária seria necessária uma fonte mais adequada, principalmente os inventários, mas eles são praticamente inexistentes na região de Ponte Nova.

Bibliografia

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Homens Ricos, homens bons: produção e hierarquização social em Minas colonial: 1750-1822*. Tese de Doutorado – UFF, Niterói, 2001.

BLASENHEIN, Peter. *Uma História Regional: A Zona da Mata Mineira – 1870 / 1906*. In: *V Seminário de Estudos Mineiros*. PROEP/UFMG, Belo Horizonte, 1982.

BRANT, Antonio. *Ponte Nova: 1770/1920. 150 anos de história*. Viçosa: Editora Folha de Viçosa, 1993.

CARRARA, Angelo. *A zona da Mata mineira: diversidade econômica e continuísmo (1839-1909)*. Dissertação de Mestrado - UFF. Niterói, 1993.

_____. *Estruturas Agrárias e Capitalismo: contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da Mata Mineira (séculos XVIII e XIX)*. Ouro Preto: Editora da UFOP, 1999.

_____; PEREIRA, Alexandra Maria. *Arquivo Histórico de Ponte Nova: organização, preservação e disponibilização do acervo documental (1863- 1945)*. Belo Horizonte: FAPEMIG, 2009 (Relatório final de pesquisa).

_____; LAGUARDIA, Rafael Martins de Oliveira. *Distribuição espacial das propriedades rurais a partir dos registros paroquiais de terras: a Paróquia de Santo Antonio do Paraibuna (Juiz de Fora, MG), 1856*. In: *IV Conferência Internacional de História Econômica e VI Encontro de Pós-Graduação em História Econômica*. São Paulo: USP, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. A política de terras: o veto dos Barões. In: CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem e teatro das sombras*. Rio de Janeiro: Vértice – IUPERJ, 1988.

GODOY, Marcelo Magalhães; LOUREIRO, Pedro Mendes. *Os Registros Paroquiais de Terras na História e na Historiografia – estudo da apropriação fundiária na província de Minas Gerais segundo uma outra metodologia para o tratamento do primeiro cadastro geral de terras do Brasil*. In: *Revista História Econômica e História de Empresas/ABPHE*. São Paulo.

LAMAS, Fernando Gaudereto. SARAIVA, Luiz Fernando. ALMICO, Rita de Cássia da Silva. *A Zona da Mata Mineira: subsídios para uma Historiografia*. Disponível online em www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe_2003_09.pdf.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Teixeira da. *História da Agricultura Brasileira: debates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflitos de terra e direito agrário no Brasil de meados do século XIX*. Tese de Doutorado – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

REZENDE, Irene Nogueira de. *Um estudo de caso: a história do Barão do Pontal: Mineiros da Zona da Mata na construção do Estado Nacional (1821- 1841)*. *Revista de História, Juiz de Fora*, v. 15, n. 2 p. 85-98, 2009.

SMITH, Roberto. *Propriedade da terra e transição*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

VENÂNCIO, Renato Pinto. *Caminho Novo: a longa duração*. *Varia História: revista do Departamento de História. Programa de Pós-Graduação. UFMG, Belo Horizonte*, nº 21, jul. 1999.

ZEMELLA, Mafalda. *O abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1991.